RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDÊNCIA

DIRETORIA EXECUTIVA

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Adriana Fonseca Lins
Diretora Técnica
Diretora de Administração e Finanças interina

Eduardo Coimbra
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elisa Oliveira Alves
Presidente

Cirano Lopes de Oliveira
Membro representante dos empregados

Denis Eduardo Andia
Membro representante do Ministério das Cidades

Elias Zoghbi
Membro independente

Marcio Monteiro Gea
Membro independente

Helder Melillo Lopes Cunha Silva
Membro representante do Ministério das Cidades

Kelli Mafort
Membro representante do Ministério das Cidades

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ao longo do ano de 2023, a CBTU esteve empenhada na implementação de projetos inovadores e também no contínuo desenvolvimento de ações alinhadas ao seu compromisso em proporcionar à população um modal de transporte seguro, sustentável e economicamente acessível a todos.

A preocupação com o meio ambiente foi umas das principais pautas da Companhia como: a busca pela maior eficiência e sustentabilidade do sistema; a aquisição de dormentes reciclados; o fortalecimento da gestão ambiental utilizando materiais provenientes da gestão consciente de resíduos sólidos, impulsionando e apoiando o trabalho de cooperativas e associações engajadas na promoção da sustentabilidade ambiental; o pleito por recursos junto ao governo federal para aquisição de composição de trens movidas a hidrogênio e o plantio de mais de 300 mudas no pátio na Superintendência de Natal/RN. Estas ações são alguns exemplos da pauta ambiental promovida pela CBTU.

A CBTU, em meio a tantos desafios, foi pioneira na inauguração do novo Trem de Lastro, veículo desenvolvido pelos empregados da Superintendência de Recife/PE para transportar a equipe e as ferramentas para manutenção da rede aérea. O modelo desenvolvido, com o custo estimado no mercado de R$4 milhões, foi produzido pelos empregados da Companhia a um preço de aproximadamente R$ 380 mil.

No que se refere ao trabalho, emprego e renda, nas cidades em que atua - regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal – a Companhia, além de gerar empregos diretos e indiretos, traz eficiência e considerável redução no tempo de deslocamento de milhares de trabalhadores por ano.

Em 2023, a CBTU, com o propósito de adotar estratégias focadas na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, promoveu campanhas educativas de conscientização no que se refere às diferenças, visando criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e acolhedor para todos. Foram abordados diversos aspectos da diversidade e inclusão, reforçando a importância do respeito mútuo e da valorização das individualidades. Como destaque, é possível ressaltar, no mesmo ano, as ações em colaboração com a Secretaria da Mulher do DF que teve como objetivo o empoderamento feminino, a educação sobre os tipos de violência cometidos contra a mulher, o acolhimento e a segurança. Eventos, estes, que reforçam o compromisso da Companhia com a igualdade de gênero e a segurança de todos os colaboradores.

Na busca pela ampliação do transporte público de passageiros sobre trilhos, a CBTU apresentou um projeto para implementação do VLT ligando Brasília a Valparaíso de Goiás pleiteando a inclusão do mesmo na lista de investimentos do PAC, na expectativa do atendimento de cerca de 20 mil pessoas diariamente.

Por fim, ressaltamos o histórico contingenciamento orçamentário da Companhia que se manteve também, em 2023, com valores aquém da necessidade operacional. Ainda assim, a CBTU atuou, sem interrupção dos seus serviços, atendendo às demandas da população, priorizando a segurança e a eficiência do sistema de transporte de passageiros sobre trilhos.

2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL E ESTRATÉGIA

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, vinculada ao Ministério das Cidades, tem como objetivo operar, modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país. Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, o desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos - VLT como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Os parâmetros e objetivos estratégicos estão publicados e podem ser consultados no site da Companhia em

www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/a-companhia/missao-visao-valores-objetivos.

2.1 Missão

Promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

2.2. Visão

Tornar-se referência no planejamento, projeto, implantação e operação do transporte urbano de pessoas sobre trilhos, propiciando a ampliação da partici-

pação deste modal nas cidades e a expansão da malha metro- ferroviária nacional.

2.3. Valores

Comprometimento - Identificar-se com a missão da organização.
Eficácia - Fazer as tarefas de forma a atingir os objetivos esperados.
Planejamento - Elaborar planos para evitar improvisação na organização.
Probidade - Administrar de maneira adequada o dinheiro público.
Qualidade - Comprometer-se com o aprimoramento dos produtos e serviços.

2.4. Objetivos

De acordo com seu Estatuto Social, artigo 4º, a CBTU define como seus objetivos:

a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação, destinado a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e

e) explorar economicamente a marca, patente, a denominação, a insígnia, bem como todos os recursos ou potencias da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

2.5. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos perseguidos durante o ano foram os listados abaixo:

SOCIEDADE	Aumentar o número de clientes transportados	Aumentar a satisfação dos clientes	Promover a captação e o desenvolvimento de estudos e projetos externos à companhia pelo corpo técnico da CBTU
	Promover a imagem institucional	Desenvolver projetos e operar sistemas com responsabilidade socioambiental	
SUSTENT. FINANCEIRA	Elevar as receitas operacional e extraoperacional	Otimizar os custos operacional e administrativo	Reduzir ações judiciais
PROCESSOS INTERNOS	Padronizar procedimentos operacionais e administrativos	Promover a eficiência operacional do sistema	
	Aperfeiçoar a gestão de riscos corporativos e os controles internos associados	Implantar banco de dados de custos metroferroviários	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Promover a gestão do conhecimento	Promover a gestão de pessoas por competências	
	Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal	Promover a gestão eficiente através de soluções integradas de TICS	

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos e controles internos evoluiu ao longo dos anos para se tornar um componente essencial nas organizações. Para fortalecer a resiliência e garantir a continuidade operacional, a proteção do patrimônio e a sustentação de suas operações estratégicas, a Gerência Técnica de Gestão de Riscos e Processos – GERIS contratou assessoria externa para auxiliar a Companhia na implantação e operacionalização de todas as etapas e responsabilidades exigidas para a adoção do conjunto de práticas e processos de gestão de riscos e controles internos.

Em busca de estabelecer uma estrutura adequada ao trabalho proposto e se estruturar a fim de alcançar o cumprimento dos requisitos regulatórios e o envolvimento em todos os níveis da Companhia, no primeiro semestre foi concluída a identificação e mapeamento dos processos de negócio.

No último trimestre de 2023, teve início o projeto de gestão de riscos e controles internos – GRCI, por meio da contratação de consultoria especializada. Como primeira etapa, a alta gestão e especialistas da Companhia participaram da identificação de riscos vinculados aos objetivos estratégicos, bem como no levantamento do macroriscos da CBTU. Este trabalho tem proporcionado à CBTU identificar suas vulnerabilidades e potenciais desafios, em especial aos vinculados ao planejamento estratégico que esteve em revisão ao longo do ano, além de revelar oportunidades que possam ser exploradas para o benefício da organização.

3.1. Gestão das Demandas Judiciais

3.1.1. Quantitativo de Ações Judiciais

Em 31 de dezembro de 2023, havia 5.435 processos judiciais ativos e 21 cartas precatórias em que a CBTU configurava como parte, tramitando nos tribunais de justiça em todo território nacional, dos quais 1.050 (19,32%) de natureza cível, 3.848 (70,80%) de natureza trabalhista e 537 (9,88%) de natureza tributária.

Do quantitativo acima a Administração Central, no ano de 2023, fora responsável por 3.056(56,23%) da Empresa, que compreende Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Belo Horizonte.

Ocorreu um aumento no ingresso de ações trabalhistas no âmbito da CBTU, especialmente em João Pessoa por causa de ações ajuizadas por empregados, na sua maioria com pedidos de Adicional de Antiguidade.

No decorrer do ano de 2023, Belo Horizonte e Rio de Janeiro ainda mantêm um número expressivo de ações tramitando, porém Pernambuco continua a ser o Estado com o maior número de ações dessa natureza.

3.1.2. Variação do Quantitativo de Ações

Durante o ano de 2023, ingressaram 1.653 novas ações, sendo baixadas 1.715 no mesmo período. Houve uma redução de 62 processos, o equivalente a aproximadamente 3,75%. Nos estados em que a CBTU mantém operação, o quantitativo apresentou mais baixas do que entradas de ações de natureza cível. Apenas no Rio Grande do Norte ocorreu o contrário.

Quanto a ações trabalhistas, que são acompanhadas pela Administração Central, teve mais processos arquivados, destacando o Estado do Rio de Janeiro, com 477 e Belo Horizonte com 303, sendo 791 no total. De todos os Estados onde tramitam ações trabalhistas contra a CBTU, Pernambuco teve mais entradas do que baixas, totalizando 369 ações ajuizadas, seguida por João Pessoa totalizando 141 ações trabalhistas ajuizadas no ano de 2023.

3.1.3. Vitórias e Perdas

Das 1.260 ações judiciais que tiveram decisão definitiva, 758 foram favoráveis, o equivalente a aproximadamente 60,16% do total, dentre as quais 704 de natureza trabalhista e 54 de natureza cível.

Rio de Janeiro foi o Estado com maior número de decisões definitivas nos processos judiciais. Foram 379 vitórias, sendo 8 cíveis e 371 trabalhistas, nos tribunais fluminenses. Estima-se que as ações julgadas favoráveis para a CBTU geraram uma economia de R$93.860.654,58 milhões, sendo R$69.415.180,85 milhões referente às ações ajuizadas no estado do Rio de Janeiro.

Belo Horizonte foi a unidade com maior número de perdas em decisões definitivas nos processos judiciais, sendo 1 civil e 231 ações trabalhistas. No âmbito da CBTU foram 27 ações cíveis e 471 ações trabalhistas, totalizando 502 processos julgados desfavoráveis para a CBTU, com estimativa de que tais condenações possam gerar uma perda financeira de R$44.998.937,55. Embora o número de ações julgadas favoráveis tenha sido superior ao número de ações desfavoráveis, a estimativa de perda é maior do que a estimativa de economia.

3.1.4. Execução Orçamentária e Financeira das Sentenças Judiciais

A indisponibilidade orçamentária tem sido um dos principais problemas que impossibilitam a CBTU a cumprir com os prazos processuais, o que na maioria dos casos implica em multa e demais penalidades, além de eventual

execução de saldo remanescente. Isso porque, embora a Companhia tenha previsto um orçamento de R$ 172.000.000,00 milhões para sentenças judiciais em 2023, apenas R$50.000.000,00 milhões para Sentença Trabalhista e R$20.000.000,00 para Sentença Cível e Tributária foram disponibilizados no início do ano, perfazendo um total de R$70.000.000,00.

Na falta de orçamento disponível para empenhar as execuções judiciais, realiza-se o pedido de crédito adicional de acordo com a Portaria SOF/ME nº 352. E, devido a indisponibilidade orçamentária, do conjunto de tarefas e a aprovação de dois Ministérios para a liberação do orçamento, corre-se o risco de haver atrasos no pagamento das ações judiciais.

Durante o ano de 2023 foram pagos R$69.154.065,67 em sentenças judiciais, sendo R$59.946.289,62 em ações trabalhistas e R$9.207.776,05 nas ações cíveis, fiscais e tributárias.

3.1.5. Recuperação de Depósitos Judiciais

A recuperação dos depósitos judiciais requer a execução de várias etapas para sua finalização devido a sua complexidade. Portanto, foi firmado contrato com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com o intuito de disponibilizar informações gerenciais acerca dos depósitos judiciais realizados pela Companhia para auxiliar e dar celeridade na conclusão dos trabalhos.

Ao longo do ano de 2023, fora realizado um trabalho, sob a Coordenação da Administração Central envolvendo a área jurídica, contábil e financeira, a fim de sanear a conta contábil, unificação das rotinas dos procedimentos de empenho e liquidação na Empresa.

Foi disponibilizado o Relatório de Depósitos Judiciais, por meio do portal Gerenciador Financeiro do Banco Brasil, para áreas envolvidas, a fim de auxiliar na recuperação dos depósitos judiciais que se encontram nas planilhas de controle da Administração Central e Unidades, bem como no saneamento da conta contábil.

Atualmente, todas as Unidades observam se há depósitos recursais a serem abatidos no momento do pagamento de sentença.

3.1.6. Pensões e Indenizações por Acidente Ferroviário

Em dezembro de 2023, 1.539 pensionistas estavam inscritos em folha de pagamento. Foram 210 pensionistas a menos em comparação ao mesmo período de 2022, que teve 1.1749. Dos 1539 pensionistas, 1.122 (72,90%) são do estado do Rio de Janeiro, 381 (24,76%) do estado de São Paulo e somente 36 (2,34%) de outros estados.

De janeiro a dezembro de 2023, foram pagos R$21.797.694,67 milhões em pensões por acidentes ferroviários. Ressalta-se que a CBTU firmou contrato com o Banco do Brasil para a realização de recadastramento e relatório de óbitos dos pensionistas.

3.1.7. Riscos Fiscais

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, cálculo de anuênios, incorporação de vale alimentação, isonomia, horas extras e periculosidade.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviários, desapropriações de imóveis e, ainda, as condenações por responsabilidade subsidiária e terceirização ilícita. As ações de natureza tributária referem-se às execuções fiscais e tributárias referentes a impostos, taxas e contribuições.

Ressalta-se ainda que os valores na tabela abaixo foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

<table>
<tr><th>Natureza</th><th>Valor estimado em Reais (R$)</th><th>Descrição Suscinta dos Principais Objetos</th></tr>
<tr><td colspan="2">Trabalhistas</td><td rowspan="5">Readmissão de anistiados; PES (reenquadramento); isonomia; horas extras; periculosidade)</td></tr>
<tr><td>Remotos</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Possíveis</td><td>326.068.705,66</td></tr>
<tr><td>Prováveis</td><td>291.181.318,03</td></tr>
<tr><td>Sub-Total</td><td>617.250.023,69</td></tr>
<tr><td colspan="2">Cíveis</td><td rowspan="5">Indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriação de imóveis, terceirização, responsabilidade subsidiária</td></tr>
<tr><td>Remotos</td><td>65.770.647,84</td></tr>
<tr><td>Possíveis</td><td>125.826.303,63</td></tr>
<tr><td>Prováveis</td><td>488.501.269,40</td></tr>
<tr><td>Sub -Total</td><td>680.098.220,87</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tributários</td><td rowspan="3">Execução fiscais e tributárias (débitos de impostos, taxas e contribuições).</td></tr>
<tr><td>Remotos</td><td>128.861.358,44</td></tr>
<tr><td>Possíveis</td><td>3.395.880,79</td></tr>
</table>

Prováveis	82.196.042,79	
Sub -Total	**214.453.282,02**	
TOTAL	**1.511.801.526,58**	

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Lei Orçamentária Anual - 2023

A Lei Orçamentária Anual – LOA foi aprovada com valores que atendiam o funcionamento, de maneira precária, sem permitir melhorar a degradação que vem se acumulando ao longo dos anos devido à falta de manutenção preventiva ou mesmo das corretivas adequadas.

Desde a primeira janela de alterações orçamentárias a CBTU apresentou suas necessidades, inclusive com relatórios e notas técnicas que apresentavam a difícil situação. Reiteradamente, em cada janela, reapresentamos as demandas que não foram atendidas, o que nos fizeram operar no limite de segurança, sem poder melhorar os serviços prestados. Além das demandas apresentadas via SIOP, foram enviadas correspondências ao Ministério das Cidades e também realizamos algumas reuniões com o Secretário Executivo e a SPOA, a fim de cientificar ao Ministério supervisor acerca da degradação.

4.2. Características Gerais das Unidades Operadoras

DISCRIMINAÇÃO	RECIFE	NATAL	JOÃO PESSOA	MACEIÓ	TOTAL
PASSAGEIROS - MDU (mil)	163,1	6,0	3,4	1,4	173,9
TUE existentes(4)	32	-	-	-	32
LOCOS existentes	5	6	5	2	18
CARROS existentes	34	20	25	8	87
VLT(5)	9	5	5	8	27
INTERVALO MÍNIMO (min)	5	7	55	94	-
FORÇA DE TRABALHO	1.482	204	163	173	2.022

(1) Não consta a força de trabalho da Adm. Central, de 366 empregados, incluindo contratados.
(2) Compreende o trecho entre as estações Cabo e Ângelo de Souza e o desvio entre Ângelo de Souza e Curado.
(3) Inclui 2 estações no trecho entre as estações Ângelo de Souza e Curado (desvio).
(4) Composto de 4 carros, sendo 2 motores e 2 reboques.
(5) Composto de 3 carros.
(6) Fonte: IBGE/ NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021

* Posição em dezembro de 2023

4.3. Indicadores de Desempenho Empresarial

Para fins de comparação com o ano anterior os valores da CBTU TOTAL do ano de 2022 são apresentados sem Belo Horizonte.

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

Indicadores	Recife			Natal			João Pessoa		
	2022	2023	%	2022	2023	%	2022	2023	%
Passageiros transportados (mil)	52.571	47.503	-9,6	1.524	1.521	-0,2	1.178	1.010	-14,2
Passageiros por dia útil (mil)	161,3	166,0	2,9	5,3	5,8	8,1	4,3	3,7	-14,9
Receita Operacional (R$ mil)	70.951	79.357	11,8	3.182	3.531	11,0	1.514,8	1.610,8	6,3
Receita Não Operacional (R$ mil)	2.311	5.582	141,5	202,9	82,8	-59,2	338,5	84,7	-75,0
Receita Total (R$ mil)	73.262	84.940	15,9	3.385	3.614	6,8	1.853,3	1.695,5	-8,5
Custo Total (R$ mil)	347.162	411.844	18,6	42.864	56.252	31,2	29.358	42.830	45,9
Custo Unitário (R$ mil)	7,16	8,67	21,1	28,13	36,99	31,5	24,93	42,39	70,0
Tarifa Nominal (R$)	4,25	4,25	0,0	2,50	2,50	0,0	2,5	2,5	0,0
Tarifa Efetiva Média (R$)	1,46	1,67	14,2	2,07	2,32	12,4	1,28	1,61	26,1
Taxa de Cobertura Plena (%)	21,1	20,6	-2,3	7,9	6,4	-19,0	6,3	3,9	-38,2
Regularidade (%)	96,0	94,1	-2,0	96,7	96,6	-0,1	99,7	98,9	-0,8
Pontualidade (%)	85,2	75,7	-11,2	96,7	87,1	-10,0	94,1	87,4	-7,1

Indicadores	Maceió			Sistemas CBTU		
	2022	2023	%	2022	2023	%
Passageiros transportados (mil)	467	391	-16,3	55.740	50.425	-9,5
Passageiros por dia útil (mil)	1,7	1,3	-25,9	172,7	176,7	2,3
Receita Operacional (R$ mil)	943,1	878,5	-6,8	76.591	85.378	11,5
Receita Não Operacional (R$ mil)	147,5	76,4	-48,2	3.000	5.826,2	94,2
Receita Total (R$ mil)	1.090,6	955,0	-12,4	79.591	91.204	14,6
Custo Total (R$ mil)	36.165	41.357	14,4	455.549	552.282	21,2
Custo Unitário (R$)	77,39	105,71	36,6	9,56	10,95	14,5
Tarifa Nominal (R$)	2,5	2,5	0,0	-	-	-
Tarifa Efetiva Média (R$)	2,02	2,25	11,4	2,15	1,69	-21,4
Taxa de Cobertura Plena (%)	3,0	2,3	-23,4	24,0	16,5	-31,3
Regularidade (%)	99,7	99,7	0,0	96,9	92,0	-5,1
Pontualidade (%)	96,2	95,4	-0,8	87,1	79,0	-9,4

Durante o ano de 2023 continuamos enfrentando desafios previamente existentes, que veem afetando nossa operação e impactando nossos números.
STU NATAL sofreu com problemas de segurança pública ocasionando viagens canceladas e operação reduzida.
STU João Pessoa observou um aumento na evasão de passageiros.
STU Recife passou por greve durante 23 dias no mês de agosto.
STU Maceió continua estagnada com o problema da Braskem, foi apresentado o estudo elaborado, com possíveis cenários, ficou a CBTU de avaliar através da área técnica e também de sua Diretoria Executiva, a proposta mais viável que além de permitir o pleno funcionamento possa garantir uma recomposição de demanda e assim poder fazer acordo com a Braskem e findar o processo judicial.

4.4. Limite Orçamentário – Financeiro Dezembro 2023

LIMITE ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO DEZEMBRO 2023

AÇÃO GOVERNO	LEI + CRÉDITOS (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	EMPENHO (C)	% (C/B)	LIQUIDADO (INCLUI RAP) (D)	LIMITE FINANCEIRO (E)	PAGO (INCLUI RAP) (F)	% (F/E)
Administração da Unidade	17.363.028	17.363.028	17.363.028	100,0%	16.569.813	18.479.345	18.479.345	100%
Funcionamento dos Sistemas	190.387.241	190.387.241	190.387.052	100,0%	181.457.096	179.269.442	179.269.442	100%
Investimentos	49.644.139,00	49.644.139	49.644.139	100,0%	32.527.100,21	36.526.758,11	36.526.758,11	100%
Pessoal	518.476.082	501.732.006	501.729.437	100,0%	503.909.483	489.572.068	489.572.068	100%
Capacitação	1.704.473	1.704.471	1.704.471	100,0%	1.563.676	1.541.682	1.541.682	100%
Publicidade Utilidade Pública	204.774,00	204.774	204.774	100,0%	155.834,86	155.834,86	155.834,86	100%
Amortização e Encargos	0	0	0	-	0	0	0	-
Pensões	23.222.469	22.434.222	22.434.222	100,0%	22.434.222	22.428.493	22.428.493	100%
Sentenças e depósitos Judiciais Cíveis	22.000.000	9.796.523	9.796.523	100,0%	9.791.660	9.779.338	9.779.338	100%
Sentenças e depósitos Judiciais Trabalhistas	110.000.000	75.635.452	75.635.452	100,0%	75.376.413	75.791.074	75.791.074	100%
Cumprimento de Acordo REFER (Definitivo)	385.185.879	385.185.879	385.185.879	100,0%	355.303.049	0,00	355.303.049	#DIV/0!
TOTAL	**1.318.188.085**	**1.254.087.735**	**1.254.084.977**	**17,4%**	**1.199.088.347**	**833.544.034**	**1.188.847.083**	**143%**

AÇÃO GOVERNO	LEI + CRÉDITOS (A)	DESTAQUE RECEBIDO (B)	EMPENHO (C)	% (C/B)	LIQUIDADO (INCLUI RAP) (D)	LIMITE FINANCEIRO (E)	PAGO (INCLUI RAP) (F)	% (F/E)
Adm da Unidade (DNIT)/Aperfeiçoamento de gestão de pessoas (SGDP - ME)/Representação Judicial (AGU)- Rateio do Edifício Engenheiro Renato de Azevedo Feio - RJ	-	1.091.308	1.091.308	0,00%	383.525	373.545	373.545	100%
Assistência Financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal - descentralização Orçamentária - Gratuidade	-	-	-	0,00%	971.741	2.185.785	2.185.785	100%
MDR - ACOES DE PROTECAO E DEFESA CIVIL	-	7.730.517	7.730.517	0,00%	6.557.650	6.517.993	6.517.993	100%
TOTAL	**0**	**8.821.826**	**8.821.826**	**0,0%**	**7.912.916**	**9.077.323**	**9.077.323**	**100%**
TOTAL GERAL	**1.318.188.085**	**1.262.909.561**	**1.262.906.803**	**100,0%**	**1.207.001.262**	**842.621.357**	**1.197.924.406**	**142%**

5. DESTAQUES DO ANO DE 2023

5.1 Pagamento do Acordo da REFER

Pagamento parcela do acordo da REFER - planos da CPTM, CBTU, METROFOR, CTS e CENTRAL, ao longo do ano de 2023 disponível na tabela abaixo.

ACORDOS REFERENTES A PASSIVOS ATUARIAIS DE ESTATAIS DEPENDENTES	
JAN/2023	28.977.271,08
FEV/2023	29.110.566,52
MAR/2023	29.334.717,89
ABR/2023	29.522.460,08
MAI/2023	29.678.929,12
JUN/2023	29.785.773,27
JUL/2023	29.755.987,49
AGO/2023	29.791.694,68
SET/2023	29.726.177,95
OUT/2023	29.821.433,04
NOV/2023	29.857.218,77
DEZ/2023	29.940.818,97
TOTAL	355.303.048,86

5.2. Receitas Acessórias

Em 2023, as receitas acessórias da Companhia passaram a ter uma nova realidade, já que foi o primeiro ano sem a Unidade Administrativa de BH. No entanto, com bastante empenho, a equipe da GEMPO, traçou novas metas para aumentar a arrecadação de sua receita acessória permanentes, indo em busca de nossas possibilidades de negócio, para isso vem promovendo discussões internas e externas, com intercâmbio junto a outras empresas do mesmo seguimento, com a troca de experiência na captação de novas oportunidade de negócios. Prova disso foi a realização do 1º fórum de receitas acessórias, que ocorreu em João Pessoa, com a participação de representantes de todas as Superintendências e alguns parceiros comerciais.

Para uma melhor clareza e análise real desses dados, separamos as receitas acessórias em Permanentes e Não Permanentes, sendo a primeira vinculada a alguma contratação.

O total das receitas acessórias arrecadadas em 2023 foi de R$ 5.716.463,85.

Dentro desses números, as Receitas Acessórias Permanentes somaram o montante de R$ 3.217.437,59, por resultado dos contratos de locação de espaços comerciais e exploração de mídia.

Já a soma dos valores das Receitas Não Permanentes totalizou o montante de R$ 2.499.026,26, nela incluindo o valor arrecadado nos leilões de bens inservíveis, além de multas e juros.

Concernente à arrecadação da Receita Permanente, a arrecadação oriunda da exploração comercial e publicitária foi de R$ 3.231.238,30, houve o acréscimo de 1,67% em relação a 2022. Destacam-se 36 novas operações comerciais em Recife, com destaque para duas novas lojas de sobremesas do McDonald’s.

Em 2024, está prevista a realização de mais leilões de bens inservíveis. A expectativa é que possamos passar a marca dos 2,5MM em arrecadação com o desfazimento desses produtos.

Temos a expectativa de realizar, em 2024, o segundo fórum com a participação de outras empresas de mobilidade urbana, entidades públicas e parceiros comerciais.

5.3. Superintendência de Trens Urbanos de Recife

Em 2023 na STU RECIFE foi apresentado o novo Trem de Lastro, veículo projetado por empregados da STU que transportará os responsáveis pela manutenção da rede aérea. O modelo desenvolvido, que custaria em torno de R$4 milhões se adquirido no mercado, foi produzido com um investimento de aproximadamente R$ 380 mil. Extremamente versátil e produtivo para a rede aérea, comporta uma quantidade bem maior de funcionários e equipamentos com uma infraestrutura bem mais eficiente e com mais conforto para os funcionários da CBTU.

A Gerência Regional I de Manutenção, em conjunto com a Coordenação Operacional de Sistema Elétrico, atuou na modernização do sistema de iluminação de todas as plataformas das estações, tanto da Linha Centro, quanto da Linha Sul. Na ação foram substituídas as luminárias existentes por novas luminárias com lâmpadas de LED 18W, sendo uma ação importante para trazer eficiência luminosa e energética, com benefícios econômico e ambiental.

Em fevereiro ocorreu o 1° leilão da STU REC da alienação de sucata de trens no valor de R$ 2.245.000,00.

No final do ano a STU RECIFE formalizou parceira com a Empresa Municipal de Informática (Emprel), que fornecerá sinal de internet em todas as estações do Metrô do Recife promovendo a inclusão digital para os usuários do Metrô do Recife.

5.4. Superintendência de Trens Urbanos de Natal

No começo do ano de 2023 a STU Natal, após a realização de testes e de operação experimental, implementou mais 8 viagens entre Natal e São José de Mipibu. A medida visou ampliar a oferta da mobilidade urbana entre os municípios de Natal, Extremoz, Ceará-Mirim, Parnamirim e São José de Mipibu

Técnicos da CBTU Natal receberam capacitação para manutenção das locomotivas Progress Rail. O sistema eletrônico de processamento SAL5 presente nessas locomotivas tem comandos e controles completamente eletroeletrônicos, num sistema que se baseia em cartões de circuitos que gerenciam cada parâmetro de forma automática, além de receberem e aplicarem os comandos elétricos do painel do condutor. A compreensão do funcionamento do SAL5 pelos técnicos da Companhia é de extrema importância para que a manutenção das locomotivas seja realizada de forma eficaz, tornando a equipe mais preparada para a manutenção da frota ferroviária.

5.5. Superintendência de Trens Urbanos De Maceió

A Superintendência de Trens Urbanos (STU) de Maceió assinou contrato com a empresa Santana Construções e Saneamento LTDA, para a construção de um novo ponto de abastecimento de trens e VLTs, que será localizado na Estação de Jaraguá. A obra permite mais celeridade e segurança ao abastecer os VLTs, o que possibilita o aumento da oferta de trens para os usuários da CBTU.

Em agosto de 2023, A CBTU inaugurou, a oficina de trens e VLTS, na cidade de Satuba, para facilitar ainda mais o processo de manutenção no trecho entre a estação de Bom Parto e a estação de Lourenço de Albuquerque. Após a interrupção no trecho da região do Mutange, Bebedouro e Bom Parto, houve a necessidade de se construir um local que atendesse aos trens e VLTs do outro lado da ferrovia, já que a revisão ocorria apenas na oficina da estação central.

Em relação à instabilidade do solo nas regiões afetadas pela mineração da Braskem, as quais passam os VLTs da CBTU, a superintendência de Trens Urbanos de Maceió fez reunião com representantes da Defesa Civil da capital alagoana e da Nacional, solicitando informações dos órgãos de defesa que garantam que a segurança da operação da ferrovia está mantida.

Os usuários de trem foram afetados diretamente com a evacuação dos bairros atingidos pela mineração, e teve a operação dos VLTs alterada desde abril de 2020, quando a estação do Mutange, na região de Bebedouro, foi desativada e entrou a baldeação com ônibus, assumida pela Braskem, para amenizar o impacto no trecho em que os trens ficaram impedidos de circular.
Os representantes das Defesas Civil Nacional e municipal garantiram que não há necessidade no momento de alterar ou paralisar a operação de trens. Um canal de comunicação foi aberto entre a CBTU e a Defesa Civil para monitorar em tempo real a região onde passa a ferrovia.

5.6. Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

A CBTU João Pessoa iniciou em maio a operação de trens e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) com uma nova grade horária, ofertando mais viagens para os passageiros da Região Metropolitana. Os novos horários, baseados em estudos de fluxo de passageiros e pesquisas de origem e destino, chegam num momento em que Companhia passa por ajustes e melhorias visando oferecer mais transporte de qualidade com rapidez, segurança e economia.

A Oficina de Cabedelo, também em maio, passou por um trabalho de reestruturação das vias no pátio e serviços limpeza, roço e capinação. É na Oficina de Manutenção de Cabedelo onde todos os serviços de manutenção são realizados por técnicos e engenheiros da CBTU. É lá também onde os colaboradores desenvolvem maquinários que reduzem custos e otimizam os consertos de veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), bem como das locomotivas e carros de passageiros. O pátio de Cabedelo engloba a Estação Ferroviária tombada pelo Patrimônio Histórico do Estado, uma Oficina de manutenção e o Almoxarifado Central.

Em agosto, após um esforço concentrado da equipe de Assistentes, Técnicos e Engenheiros da Oficina de Manutenção em Cabedelo, a CBTU João Pessoa pois em operação mais duas composições de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) totalmente reformuladas e modernizadas. Com isso, as locomotivas a diesel passaram a circular apenas quando houver necessidade.

A CBTU João Pessoa lançou em 2023 o seu novo porta-voz: o jornal **CBTU em Movimento**. Com textos curtos e diretos, bastante imagens e diagramação moderna, o novo periódico chega para disseminar as ações da Companhia em prol da melhoria da prestação de serviço ao usuário e também revelar a capacidade de criação e de dedicação dos colaboradores.

5.7. Pesquisa de Clima Organizacional – RH

A CBTU, empenhada na melhoria contínua de seu ambiente interno, realizou em 2023 treinamentos com vistas a melhorar os aspectos relacionados à liderança, à ética e ao relacionamento interpessoal, que foram abordados nas recomendações constantes do relatório da pesquisa de clima organizacional realizada em 2022.

Promovemos as seguintes ações: o curso jornada de líderes para as gerências e coordenações; campanhas de conscientização sobre relacionamento interpessoal; iniciativas voltadas para motivação e saúde mental no ambiente de trabalho, além de conscientização sobre assédio no trabalho.

5.8. Capacitação de Pessoal - RH

Alinhada com o seu compromisso de valorizar e desenvolver o seu capital humano, ao longo do exercício de 2023, a CBTU oportunizou capacitações e aperfeiçoamentos para o quadro funcional. Conseguimos manter o ritmo do ano passado no quantitativo de matrículas treinadas, refletidas em 2.520 empregado(as) treinado(a)s. Foram investidos R$1.492.611,00 em cursos, de curta e média duração. As capacitações foram decisivas para a melhoria da qualificação da força de trabalho, desenvolvimento de competências e habilidades, e para a efetividade dos resultados organizacionais.

Destacam-se as seguintes contratações na Administração Central: Jornada de Desenvolvimento de Líderes; o curso de Gestão Estratégica de Negócios, contratação de 50 Pacotes Completos de Excel (do nível básico ao avançado); treinamento sobre a Lei Geral de Dados – LGPD; o Seminário Brasileiro de RH no Setor Público e um curso completo de Tesouro Gerencial (do básico ao avançado).

O diferencial deste ano, em comparação às ações de capacitação de 2022, foi o investimento em treinamentos com turma fechada totalmente, customizados para atender as demandas específicas da CBTU.

Nas Superintendências Regionais, destacam-se as seguintes capacitações:

Na Unidade de Natal, a capacitação Laboratório de Liderança, que teve como intuito favorecer o engajamento das equipes de trabalho, melhorar o clima organizacional e desenvolver a cultura de feedback constante, sendo a capacitação dos gestores a garantia de melhores resultados e alinhamento dos objetivos organizacionais à expectativa dos empregados;

Em Recife, o treinamento de Ultrassom Ferroviário possibilitou condições de obter a radiografia do estado dos trilhos, rodas e eixos, buscando melhorias no conforto e bem-estar dos usuários sem prejuízos para a operação comercial dos TUEs. Além de permitir o cumprimento da missão da Companhia, sem necessidade de contratação externa deste serviço tão peculiar e dando celeridade à identificação e resolução de falhas.

Na Unidade de João Pessoa, além da oferta de pós-graduação para os empregados, também houve a Jornada de Desenvolvimento de Líderes.

Em Maceió foi realizado o Congresso Brasileiro de Orçamento e a Formação de Preços de Obras Públicas. Como destaque, mencionamos a união de

diversos setores, a exemplo do Serviço Social e da Psicologia, na promoção de palestras.

Apesar dos contingenciamentos, continuamos promovendo o fortalecimento da aprendizagem e da educação corporativa dentro da Companhia.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DEZ 2022 A DE 31 DEZ 2023 (em milhares de reais)

6.1. Balanço Patrimonial - BP

6.1.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - **Nota 04**	71.173	67.936	118.252
Contas a Receber - **Nota 05**	4.753	5.986	7.458
Adiantamento de Férias	3.819	3.403	2.449
Almoxarifados	37.451	28.220	49.020
	117.196	**105.545**	**177.179**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - **Nota 06**	61.369	51.254	152.183
Impostos a Recuperar - **Nota 07**	2.552	2.412	3.720
	63.921	**53.666**	**155.903**
IMOBILIZADO - **Nota 08**	2.202.671	2.237.519	2.451.871
INTANGÍVEL - **Nota 09**	19.329	17.455	5.351
	2.222.000	**2.254.974**	**2.457.222**
	2.285.921	**2.308.640**	**2.613.125**
TOTAL DO ATIVO	**2.403.117**	**2.414.185**	**2.790.304**

6.1.2. Passivo

CIRCULANTE			
Fornecedores e Empreiteiros	1.633	6.753	3.239
Provisão para Férias	36.555	30.313	39.536
Provisão para Contingências - **Nota 10**	434.668	453.753	652.322
Salários a Pagar	29.658	27.158	30.763
Depósitos e Consignações	6.291	5.619	6.617
Recursos Fiscais e Previdenciários	14.549	3.957	2.040
Obrigações a Pagar **- Nota 11**	47.916	35.566	5.735
Fundação REFER **Nota 19.3**	360.618	349.504	325.875
	931.888	**912.623**	**1.066.127**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - **Nota 10**	424.428	211.837	219.100
Receita Diferida	-	-	1.520
Recursos para Aumento de Capital - **Nota 12**	152	134	9.142
Fundação REFER **- Nota 19.3**	2.840.313	2.892.914	2.876.357
	3.264.893	**3.104.885**	**3.106.119**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) **- Nota 13**			
Capital Social Realizado **- Nota 13.1**	6.325.714	6.325.714	6.596.610
Reserva de Reavaliação de Bens **- Nota 13.2**	688	1.183	1.678
Recursos para Aumento de Capital **- Nota 13.3**	160.604	130.742	89.506
Prejuízos Acumulados **Nota 13.4**	(8.280.670)	(8.060.962)	(8.069.736)
	(1.793.664)	**(1.603.323)**	**(1.381.942)**
TOTAL DO PASSIVO	**2.403.117**	**2.414.185**	**2.790.304**

6.2 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14		
Transportes Ferroviários	85.378	149.309
Aluguéis e Arrendamentos	3.217	7.737
	88.595	**157.046**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços	(560)	(1.038)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**88.035**	**156.008**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(581.301)	(723.237)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**(493.266)**	**(567.229)**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas - **Nota 16**	(148.242)	(170.421)
Depreciações e Amortizações - **Nota 8.4**	(60.475)	(74.271)
Provisão para Contingências - **Nota 10**	(207.409)	(358.756)
Provisão ao Valor Recuperável de Bens	-	(8.711)
Reversão de Receitas Diferidas	-	111
	(416.126)	**(612.048)**
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	**(909.392)**	**(1.179.277)**
Subvenções para Custeio - **Nota 17**	1.073.035	1.628.914
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**163.643**	**449.637**
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
Receita Financeira	605	4.789
Despesa Financeira	(373.726)	(440.267)
	(373.121)	**(435.478)**
PREJUÍZO OPERACIONAL	**(209.478)**	**14.159**
Resultado da Baixa de Bens - **Nota 8.5**	(10.725)	(5.879)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(220.203)**	**8.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6.3 Demonstração de Resultado Abrangente - DRA

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(220.203)**	**8.280**
Realização da Reserva de Reavaliação	(495)	(495)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(220.698)**	**7.785**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	Capital Social Realizado	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**6.596.611**	**1.678**	**(7.859.971)**	**89.505**	**(1.172.177)**
Ajustes de exercícios anteriores - correção de erros (Nota 3)	-	-	(209.765)	-	**(209.765)**
Saldo de abertura ajustado	**6.596.611**	**1.678**	**(8.069.736)**	**89.505**	**(1.381.942)**
Integralização de Capital Social	63.452	-	-	(55.910)	**7.542**
Redução do Capital Social - (Cisão BH)	(334.349)	-	-	-	**(334.349)**
Realização de Reservas	-	(494)	494	-	**-**
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	97.147	**97.147**
Lucro (Prejuízo) do Exercício (reapresentado)	-	-	8.280	-	**8.280**
Saldos em 31 de dezembro de 2022- Reapresentado	**6.325.714**	**1.184**	**(8.060.962)**	**130.742**	**(1.603.322)**
Integralização de Capital Social	-	-	-	-	**-**
Redução do Capital Social - (Cisão BH)	-	-	-	-	**-**
Realização de Reservas	-	(495)	495	-	**-**
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	29.862	**29.862**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	(220.203)	-	**(220.203)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**6.325.714**	**689**	**(8.280.670)**	**160.604**	**(1.793.663)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6.5 Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(220.203)**	**8.280**
AJUSTES POR:	**578.345**	**154.036**
Variação Cambial e Monetária	89.821	56.965
Depreciações e Amortizações	60.475	74.271
Encargos - REFER	313.761	380.827
Baixa de Bens	10.725	5.879
Provisão ao Valor Recuperável	-	8.711
Reversão de Receitas e Reservas	-	(111)
Provisão para Contingências	103.435	(194.708)
Ajuste de Provisão para Contingências Cisão BH	-	(69.847)
Baixa de Receita Diferida Cisão BH	-	(1.409)
Redução do Imobilizado Cisão BH	-	225.229
Redução do Intángivel Cisão BH	-	980
Créditos a Recuperar Cisão BH	-	1.879
Redução do Capital Social Cisão BH	-	(334.349)
Créditos a Recuperar	128	(281)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	**(18.528)**	**122.248**
Contas a Receber	1.233	1.472
Almoxarifados	(9.230)	20.800
Depósitos Judiciais	(10.115)	100.929
Adiantamentos de Férias	(416)	(953)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	**328.014**	**319.204**
Fornecedores e Empreiteiros	5.120	(3.514)
Provisão para Férias	(6.242)	9.224
Amortização da REFER	355.249	340.640
Outras Contas a Pagar	(26.113)	(27.146)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**11.600**	**(34.640)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(38.225)**	**(112.823)**
Aquisição de Imobilizado	(37.889)	(99.433)
Aquisição de Intangível	(336)	(13.390)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**29.862**	**97.147**
Recursos para Aumento de Capital	29.862	97.147
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	**3.237**	**(50.316)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.237**	**(50.316)**
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	67.936	118.252
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	**71.173**	**67.936**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

6.6 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
Receita de Prestação de Serviços	85.378	149.309
Receita de Aluguéis, Arrendamentos e Concessões	3.217	7.737
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	-	111
Provisão para Contingências	(207.409)	(358.756)
	(118.814)	**(201.599)**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais Consumidos	22.703	21.030
Energia, Serv.de Terceiros, Outras Desp.Operacionais	198.990	247.007
Perda na Realização de Ativos	10.725	14.590
	232.418	**282.627**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(351.232)**	**(484.226)**
Reversão de Passivos	(60.475)	(74.271)
Depreciação e Amortização	**(60.475)**	**(74.271)**
VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZ. PELA ENTIDADE	**(411.707)**	**(558.497)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	1.073.035	1.628.914
Receitas financeiras	605	4.788
	1.073.640	**1.633.702**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**661.933**	**1.075.205**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**661.933**	**1.075.205**
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	331.069	446.396
Benefícios	85.969	73.204
FGTS	31.153	39.662
	448.191	**559.262**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	59.542	66.827
Estaduais	132	350
Municipais	545	219
	60.219	**67.396**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	373.708	440.036
	373.708	**440.036**
Juros sobre adiantamento de capital	**18**	**231**
RESULTADO RETIDO	**(220.203)**	**8.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas abaixo se referem a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os valores estão descritos em milhares de reais.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR até dezembro de 2022 e Ministério das Cidades – MCID a partir de janeiro de 2023, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objeto:

a) a execução dos planos e programas aprovados pelo MDR / MCid em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

c) a operação e a exploração comercial dos serviços de passageiros sobre trilhos;

d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e

e) a exploração econômica da marca, da patente, da denominação, da insígnia, bem como de todos recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos,

podendo prestar serviços a terceiros, no âmbito do domínio da atividade, de forma direta ou consorcialmente.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem Metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT`s como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou patrimônio líquido negativo, conforme descrito na **Nota 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).**

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 13 de março de 2024.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela **Legislação Societária Brasileira**, além dos pronunciamentos técnicos do **Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** e das **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC,** do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As **Notas 8.3 – Imobilizações em Andamento; 10 – Provisão para Contingências e 22 – Programa Nacional de Desestatização**, inserem-se nesse contexto.

2.4. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência para registro das operações.

2.4.2. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

2.4.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme **CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – **BACEN nº 3.284** de 25/05/2005.

2.4.4. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2023 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o **CPC 16 – Estoques.**

2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, conforme **Nota 8.2 – Imobilizado Detalhado**;
- A CBTU realiza o teste de *Impairment* no final de cada exercício. Neste exercício o teste de Impairment não apresentou redução do imobilizado.
- O Intangível está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

2.4.6. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

2.4.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.4.8. Ativos e passivos contingenciais

Um ativo ou passivo contingente é um direito ou uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes**: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser

estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

2.4.9. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis.

2.4.10. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

2.4.11. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Regramento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na **NBC TG 09** – **Demonstração do Valor Adicionado**.

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2022 e o saldo de abertura em 01/01/2022, para fins de comparação, de acordo com **NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.** Esses ajustes estão referenciados nas **Notas 6.2 – Depósitos Judiciais, 8 – Imobilizado, 10 – Provisão para Contingências e 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).**

As retificações referem-se:

a) A continuidade do trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar iniciada em 2022, que resultou em uma baixa total de R$ 3.947 mil, referente à exercícios anteriores, conforme detalhado na **Nota 6.2 – Depósitos Judiciais**;

b) Depuração das contas de imobilizações em andamento, onde foram identificados diversos contratos cujos enceramentos remetem a exercícios anteriores, resultando em uma transferência do saldo do imobilizado em andamento para o imobilizado de uso no valor de R$ 378.171 mil e um ajuste na despesa de depreciação no valor de R$ 42.525 mil. Foram identificados também contratos de consultoria genéricos que não possuíam uma relação direta com um bem específico e que por esse motivo foram baixados contra o resultado no valor de R$ 19.129 mil descritos nas **Notas 8.3 – Imobilizações em Andamento, 8.4 – Depreciações e 8.5 – Baixa de Bens**;

c) Registro das variações monetárias dos riscos prováveis de processos contra a empresa, no valor de R$ 58.722 mil em 2022, conforme descrito na **Nota 10 – Provisões para Contingências** e de R$ 153.910 mil no saldo de abertura em 01/01/2022.

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2022, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2022, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

Segue a composição do Balanço Reapresentado:

	31/12/2022 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/2022 REAPRESENTADO
ATIVO			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
DEPÓSITOS JUDICIAIS	55.201	(3.947)	51.254
IMOBILIZADO	2.299.173	(61.654)	2.237.519
	2.374.241	**(65.601)**	**2.308.640**
TOTAL DO ATIVO	**2.479.786**	**(65.601)**	**2.414.185**
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	333.225	120.528	453.753
	792.096	**120.527**	**912.623**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	119.732	92.104	211.836
	3.012.781	**92.104**	**3.104.885**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(7.782.729)	(278.232)	(8.060.961)
	(1.325.090)	**(278.232)**	**(1.603.322)**
TOTAL DO PASSIVO	**2.479.786**	**(65.601)**	**2.414.185**
DRE			
DESP. GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(66.666)	(7.605)	(74.271)
PROVISÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-	-	-
DESPESA FINANCEIRA	(381.545)	(58.722)	(440.267)
RESULTADO DA BAIXA DE BENS	(3.738)	(2.140)	(5.878)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**76.747**	**(68.467)**	**8.280**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**76.747**	**(68.467)**	**8.280**
DEM. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	76.747	(68.467)	8.280
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.782.729)	(278.233)	(8.060.962)
	(1.325.090)	**(278.233)**	**(1.603.323)**
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	76.747	(68.467)	8.280
VARIAÇÃO CAMBIAL E MONETÁRIA	(1.757)	58.722	56.965
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	66.666	7.605	74.271
RESULTADO DA BAIXA DE BENS	3.738	2.141	5.879
PROVISÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	100.929	-	100.929
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PERDA NA REALIZAÇÃO DE ATIVOS	12.449	2.141	14.590
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	66.666	7.605	74.271
RESULTADO RETIDO	76.747	(68.467)	8.280

NOTA 04 – DISPONIBILIDADE

Compõem este grupo os valores em caixa, valores em trânsito oriundos da arrecadação, aplicações financeiras de liquidez imediata e a conta única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Segue a composição da Disponibilidade:

	Dez/2023	Dez/2022
Caixa	34	34
Conta Única do Tesouro Nacional	67.300	65.072
Valores em Trânsito	2.078	1.693
Aplicações Financeiras	1.761	1.137
Total:	**71.173**	**67.936**

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

	Dez/2023	Dez/2022
RFFSA **- Item 5.1**	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	454
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	92	521
Créditos em Liquidação **- Item 5.2**	99.305	99.782
OUTRAS	333	660
	115.052	**116.285**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(110.299)
Total:	**4.753**	**5.986**

5.1. RFFSA

Trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema da extinta STU de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no terceiro trimestre de 2023, a discussão com as demais áreas envolvidas (MCID, Ministério da Fazenda e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN).

5.2. Créditos em Liquidação

Nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

6.1. Penhoras Judiciais

Referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife.

Segue a composição das Penhoras Judiciais:

	Dez/2023			Dez/2022			
	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	**6.172**	**225**	**6.397**	**71.568**	**6.172**	**225**	**77.965**
Penhoras do Período	-	-	**-**	30.280	-	-	**30.280**
Recuperação de Penhoras	(124)	-	**(124)**	(22.721)	-	-	**(22.721)**
Baixa BH	-	-	**-**	(79.127)	-	-	**(79.127)**
Saldo do Período	**6.048**	**225**	**6.273**	**-**	**6.172**	**225**	**6.397**

6.2. Depósitos Judiciais

Referem-se a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença.

Em continuidade ao trabalho de depuração da conta, foi baixado o montante de R$ 3.957 mil, referente à depósitos da extinta STU/SP, que por serem anteriores à 1994 e não possuírem documentação de suporte, não teriam como ser considerados como um ativo.

As atividades do Grupo de Trabalho, criado em 2022 para depuração e regularização da conta, continuarão no exercício de 2024 com foco na correlação dos depósitos com os processos ativos e o registro contábil da atualização monetária dos depósitos.

Segue a composição de Depósitos Judiciais:

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	**44.857**	**74.218**	**75.179**
Adições	15.266	15.180	6.606
Baixa - Cisão CBTU-MG		(40.792)	-
Baixas	(5.027)	(3.749)	(7.567)
Saldo do Período	**55.096**	**44.857**	**74.218**

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e que estão em processo de compensação.

NOTA 08 – IMOBILIZADO

8.1. Imobilizado Geral

Corresponde aos Bens Móveis e Imóveis necessários a operação do sistema da CBTU, bem como aqueles voltados a administração da empresa.

Cabe destacar que a reclassificação dos Bens Imóveis da Unidade de Belo Horizonte, cindida em setembro de 2022, ainda não foram transferidos para o Estado de Minas Gerais, como bens imóveis não operacionais, por não fazerem mais parte da operação da CBTU.

Segue a movimentação do Imobilizado Geral**:**

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	**2.237.519**	**2.451.871**	**2.535.228**
Adições / Doação	37.889	99.738	46.551
Baixas	(10.724)	(5.879)	(16.637)
Baixas BH	-	(225.229)	-
Impairment	-	(8.711)	(2.188)
Depreciações	(60.475)	(74.271)	(111.083)
Transferencia Intangível	(1.538)	-	-
Saldo do Período	**2.202.671**	**2.237.519**	**2.451.871**

8.2. Imobilizado Detalhado

Segue a composição do Imobilizado Detalhado:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Terrenos	-	228.508	167.377	364.088
Edificações	1,25 a 2,00	405.166	347.486	649.646
Instalações	2,00 a 3,33	742.565	556.533	848.137
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	885.443	829.177	1.150.063
Veículos	20	9.661	9.661	12.058
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	59.563	41.186	72.286
Outras Imobilizações Tangíveis	10	41.193	38.756	43.974
Imobilizações em Andamento	-	360.992	897.222	891.726
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	436.442	436.442	449.450
		3.169.533	**3.323.840**	**4.481.428**
Bens Imóveis Não Operacionais - BH		**565.211**	**565.211**	**-**
Depreciações Acumuladas		(1.163.643)	(1.105.676)	(1.490.976)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(368.430)	(545.856)	(538.581)
	Total:	**2.202.671**	**2.237.519**	**2.451.871**

8.3. Imobilizações em Andamento

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação. Em 2024 a CBTU ingressará com um processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/AGU, buscando solucionar de vez o problema.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, no valor de R$ 363.044, conforme fundamento no CPC 27 – Ativo Imobilizado e no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Neste exercício, houve uma redução relevante em Imobilizações em Andamento em função das regularizações de contratos encerrados, em sua grande maioria, em anos anteriores a 2022, no montante de R$ 378.171 mil, transferidos para as contas definitivas que resultou em R$ 42.525 mil em despesa de depreciação retroativa, as baixas de contratos que não resultaram em bens e a reversão de provisão ao valor recuperável no montante de R$ 19.129 mil.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Sistema de Belo Horizonte	-	-	73.508
Sistema de Recife	12.274	186.833	183.376
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	272.684	272.684
Sistema de São Paulo	227.515	230.090	230.090
Outras Obras	23.243	207.615	132.068
Subtotal:	**360.992**	**897.222**	**891.726**
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(368.430)	(545.856)	(538.581)
Total:	**25.372**	**384.176**	**385.955**

8.4. Depreciações

A Depreciação é calculada pelo Método Linear, considerando o tempo estimado de vida útil dos bens. Conforme descrito na **Nota 8.3 – Imobilizações em Andamento,** houve o registro de 42.525 mil de depreciação retroativa a exercícios anteriores decorrente da incorporação de imobilizações em andamento.

8.5. Baixas de Bens

As baixas de Bens em sua maioria são decorrentes de contratos de consultoria de exercícios anteriores que não resultaram em bens no valor de R$ 10.725, cujos valores estão destacados na **Nota 3 – Reapresentação** (item b).

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido. As aquisições no exercício são referentes a licenciamento se software perpétuo, por assinatura e software como serviço (SAAS).

Segue a composição do Intangível:

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo do Exercício Anterior	**17.455**	**5.351**
Adições	336	13.375
Baixas	-	1.271
Transferênica do Imobilizado	1.538	-
Saldo do Período	**19.329**	**17.455**

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2023 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Segue a composição de Provisão para Contingências:

PROVÁVEIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Saldo em 01/01/2022 REAPRESENTADO	**148.415**	**612.100**	**110.907**	**652.322**	**219.100**
Reversão de Provisão	(51.849)	(493.656)	(7.959)	(553.464)	-
Provisão do Exercício	262.495	45.325	(18.911)	333.520	(44.611)
Variação Monetária	3.986	46.729	8.007	21.374	37.348
Saldo em 31/12/2022 REAPRESENTADO	**363.047**	**210.498**	**92.044**	**453.752**	**211.837**
Reversão de Provisão	(65.552)	(35.893)	(2.529)	(103.974)	-
Provisão do Exercício	(32.677)	256.843	(16.757)	39.778	167.631
Variação Monetária	24.672	55.922	9.478	45.112	44.960
Saldo EM 31/12/2023	**289.490**	**487.370**	**82.236**	**434.668**	**424.428**

Das 3.445 ações de natureza trabalhista, 466 foram classificadas como prováveis e 1.364 como possíveis. Das 1.364 ações de natureza cível, 284 foram classificadas como prováveis e 499 como possíveis. Das 501 ações de natureza tributária, 153 foram classificadas como prováveis e 43 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

Merece destaque a ação trabalhista nº 0000255-22.2011.5.06.0020, que se refere a cobrança movida pelo Sindicato SIMDIMETRO de Recife, postulando o pagamento de anuênios, cujo o montante corrigido é de 185.289 mil, em valores corrigido, e está classificada no Passivo Circulante.

Nas **ações trabalhistas** que foram classificadas como **prováveis**, estimasse o pagamento de R$ 289.490 mil, em valores corrigidos, sem prazo definido.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66.2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estimava-se que

a CBTU iria realizar a garantia do juízo no valor de 220.021 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco foi classificado como provável circulante, mas passou a ser classificado **como não circulante**, uma vez que houve decisão proferida em agravo de instrumento, que reconheceu o direito da CBTU a pagar o débito **em regime de precatório**, o valor corrigido da ação é de R$ 267.302 mil.

Nas **ações cíveis** que foram classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de R$ 487.370 mil, em valores corrigido, sem prazo definido.

As ações de natureza tributária são referentes às execuções fiscais e tributárias (impostos, taxas e contribuições previdenciárias).

Para o cumprimento das **ações tributárias** classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de R$ 82.237, em valores corrigido, mil sem prazo definido.

No exercício de 2023, a área jurídica apresentou a planilha com os valores atualizados pela taxa SELIC o que possibilitou o registro da variação monetária retroativa a exercícios anteriores conforme descrito na **Nota 03 – Reapresentação** (item c) o efeito no resultado do exercício do ajuste da provisão foi de R$ 207.409 mil e está registrado na rubrica de mesmo nome na DRE.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério do Planejamento.

Conforme relatório dos riscos ficais recebido da área jurídica, destacamos abaixo os valores das ações classificadas como possíveis:

POSSÍVEIS	**Dez/2023**	**Dez/2022**
Trabalhistas	326.069	270.761
Cíveis	125.826	83.004
Tributários	3.396	1.152
Total:	**455.291**	**354.917**

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

Conforme demonstrativo abaixo, os valores mais relevantes das obrigações a pagar são: Pensões Vitalícias e de Descentralização Orçamentária / Financeira do MDR (que está sendo verificada, junto ao MCid, a baixa em 2024).

Segue a composição de Obrigações a Pagar:

	Dez/2023	Dez/2022
Pensão Vitalícia	3.429	3.007
Integração Tarifária	233	231
Descentralização	43.253	30.632
Outras	1.001	1.696
Total:	**47.916**	**35.566**

NOTA 12 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R$ 152 mil (2022 – R$ 134 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

13.1. Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

13.2. Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08,** a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

13.3. Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

13.4. Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou patrimônio líquido negativo de R$ 1.793.664 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita à lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

13.5. Prejuízo Acumulado

Conforme as disposições da **NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** foram efetuadas as seguintes regularizações:

a) Baixa de depósitos judiciais de anos anteriores, conforme a **Nota 3 – Reapresentação (**item a) e a **Nota 6.2 – Depósitos Judiciais;**

b) Conforme descrito na **Nota 3 – Reapresentação** (item b) e a **Nota 8 – Imobilizado,** foram realizadas baixas no montante de R$ 14.835 mil e ajustes na conta de depreciação acumulada no montante de R$ 23.125 mil, ambos os valores são referentes a anos anteriores.

c) Registro das variações monetárias das ações de risco provável, conforme **Nota 3 – Reapresentação** (item c) e **Nota 10 – Provisão para Contingências.**

NOTA 14 – RECEITA BRUTA

Compõem este grupo as receitas de arrecadação das bilheterias, de integração tarifária e de alugueis conforme demonstrado abaixo.

A redução em 2023 é decorrente da cisão da CBTU–MG em setembro de 2022.

Segue a composição da Receita Bruta:

	Dez/2023		Dez/2022	
	TRANSPORTE	**ALUGUEL**	**TRANSPORTE**	**ALUGUEL**
REC	79.357	3.018	83.415	2.905
BH	-	-	59.712	4.573
NAT	3.531	66	3.458	76
MAC	879	75	878	106
JOP	1.611	58	1.846	77
Total:	**85.378**	**3.217**	**149.309**	**7.737**

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Compõem este grupo, as despesas relacionadas diretamente com a operação e a manutenção dos sistemas operacionais da CBTU.

A redução de 2023 em relação a 2022 é decorrente dos custos da Unidade de BH até setembro de 2022, quando ocorreu a cisão do sistema da CBTU.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	405.738	516.894
Concessionárias	34.671	51.757
Serviços de Terceiros	118.221	133.603
Materiais	22.671	20.983
Total:	**581.301**	**723.237**

NOTA 16 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Compõem este grupo as despesas da Administração Central, matriz da CBTU, pensões decorrentes de acidentes ferroviários, em sua grande maioria, das unidades extintas do Rio de Janeiro e de São Paulo e demais despesas de todas as unidades que não tem relação com custos.

A variação é decorrente principalmente de baixas de custas e depósitos judiciais da extinta Unidade de BH até setembro de 2022, quando ocorreu a cisão do sistema da CBTU.

Segue a composição de Gerais e Administrativas:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	101.912	108.157
Pensões Diversas	24.171	21.995
Serviços de Terceiros	17.447	21.083
Outras	4.712	19.186
Total:	**148.242**	**170.421**

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Correspondem a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Segue a composição das Subvenções Recebidas:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	493.321	625.216
Despesas Decorrentes de Sentenças	462.854	919.155
Custeio	116.860	84.543
Total:	**1.073.035**	**1.628.914**

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é decorrente principalmente dos encargos da dívida com a REFER, conforme **Nota 20.3 – Dívida REFER e a variação monetária nas provisões para contingência conforme as Notas 3 – Reapresentação (item c), 10 – Provisões para Contingencias.**

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras:

RECEITAS FINACEIRAS	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	269	1.988	81
Variação Cambial de Depósitos Especiais	-	-	951
Juros de Aplicações Financeiras	91	2.733	1692
Outras	245	68	46
TOTAL	**605**	**4.789**	**2.770**

DESPESAS FINACEIRAS	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	283.545	380.693	885.141
Variação Monet. Rec. p/ Aumento de Capital	17	231	1.799
Baixa de Tributos a Recuperar	-	273	373
Variação Monetária de Contigências	90.072	58.722	153.910
Outras	92	348	1.459
TOTAL	**373.726**	**440.267**	**1.042.682**
Total:	**(373.121)**	**(435.478)**	**(1.039.912)**

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas**, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

19.1 Partes Relacionadas

Segue a composição das Partes Relacionadas:

PARTE RELACIONADA	DESPESA	
	Dez/2023	Dez/2022
EBCT-EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS (1)	106	146
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (2)	35	15
PETROBRÁS (3)	7.136	7.077
REFER (4)	355.249	340.640

(1) Serviço de malote.
(2) Serviço de publicação de materiais legais.
(3) Serviço de fornecimento de óleo diesel.
(4) Fundo de previdência privada.

19.2 Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes.

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2023	31/12/2022	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano[(1)]	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário[(1)(2)]	2% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários[(3)]	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade[(1)]	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS[(3)]	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade[(4)]	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez	Ligth Média	Ligth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses[(5)]			Projeta o perfil familiar dos participantes.
Percentual de casados	90%	90%	
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	

(1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
(2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.
(3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.
(4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para

a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.

(5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO		
	Dez/2023	**Dez/2022**
Participantes (*)	1.772	2.000
Assistidos (**)	1.151	1.034
Beneficiários	517	504
Total:	3.440	3.538

Obs.: (*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).

(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e

Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

19.3 Dívida REFER

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER no montante de R$ 2.780.411 mil, base 31/03/2020.

O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 360.617 mil no passivo circulante e R$ 2.840.313 mil no passivo não circulante.

	Dez/2023		Dez/2022		
Saldo do Exercício Anterior	**3.242.419**		**3.202.232**		
Juros e Encargos	313.761		380.827		
Pagto do Acordo	(355.249)		(340.640)		
Saldo do Exercício	**3.200.931**		**3.242.419**		

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados.

Segue a composição das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados em 31 de dezembro de 2023:

- Com relação aos conselheiros de administração e de fiscal, a média mensal foi de R$ 2.801,91;
- Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R$ 28.019,17 e R$ 24.364,65, respectivamente. A média mensal foi de R$ 25.054.74;
- Com relação aos empregados da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R$ 49.521,71 e R$ 2.116,85, respectivamente. A média mensal foi de R$ 11.121,05;
- A quantidade de empregados é de 2.883.

Ressalta-se que todo salário acima do teto constitucional de R$ 41.650,92 (a partir de 01/04/2023 – Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023), sofre corte até este valor.

NOTA 21 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos para a reestruturação societária nas STUs Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados no exercício de 2023 pelo BNDES.

8. PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Os investimentos em mobilidade urbana devem acompanhar o crescimento populacional e desenvolvimento tecnológico, visando ampliar o acesso e melhorar a experiência do usuário por meio de transportes coletivos estruturadores como é o modal ferroviário. Nesse sentido, os tópicos abaixo convergem com a missão da CBTU:

- Promoção de programas para revitalizar e/ou modernizar os sistemas operacionais existentes (frota de veículos, via, telecomunicações, sinalização, passagens de nível, etc.), buscando recuperar e/ou atualizar toda a infraestrutura, funcionalidade e desempenho dos sistemas de transporte metroferroviário da Companhia e garantir o funcionamento contínuo e adequado às necessidades locais, com regularidade, pontualidade e segurança.

- Execução de projetos para ampliar a cobertura de atendimento à população, incluindo a reativação de trechos desativados e a expansão de novas linhas em regiões potenciais. Além disso, continuar o desenvolvimento de estudos e projetos para expansão do modal, atendendo à crescente demanda por um transporte público rápido, de alta capacidade e sustentável para o futuro.

- Promoção da integração com outros modais de transporte, por meio de parcerias e/ou convênios com entidades públicas e privadas, bem como a repactuação e correção na repartição tarifária do sistema de Recife.

- Definição técnica e acordo entre BRASKEM e CBTU sobre traçado alternativo para o sistema de Maceió, visando a retomada plena de sua operação e atendimento à população por meio de um transporte sustentável e limpo, com a promoção de melhorias nas condições urbanas afetadas pelo fenômeno de subsidência na região.

- Obtenção de financiamento do transporte público metroferroviário e endossamento de um modelo sustentável que atenda, ainda que em parte, a construção, a manutenção e a expansão de setor.

- Fortalecimento das práticas de governança e integridade com a adoção do conjunto de práticas e processos de gestão de riscos e controles internos na Companhia.

Brasília, 13 de março de 2024.

JOSE MARQUES DE LIMA: 65147235434

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA:65147235434
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=presencial, CN=JOSE MARQUES DE LIMA:65147235434
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.03.22 12:14:29-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

ADRIANA FONSECA LINS:78560411704

Assinado de forma digital por ADRIANA FONSECA LINS:78560411704
Dados: 2024.03.26 12:22:13 -03'00'

Adriana Fonseca Lins
Diretora Técnica
Diretora de Adm. e Finanças interina

EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA: 52690555620

Assinado digitalmente por EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA:52690555620
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=presencial, CN=EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA:52690555620
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.03.22 13:12:48-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Eduardo Oliveira Coimbra
Diretor de Planejamento e Rel. Institucionais